



RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS): ENTRE A PRESCRIÇÃO E AS EXPERIÊNCIAS

Zenaira Santos¹

zsantos@id.uff.br

Bruna Machado da Rocha²

brunamr@id.uff.br

João Pedro Lepore Leandro³

joaolepore@id.uff.br

Paloma Sousa Vieira da Silva⁴

palomavieira.sousa@gmail.com

Resumo

O artigo tem por objetivo apresentar questões derivadas das experiências e dos desafios vivenciados pelos(as) professores(as) de Geografia em formação nos seus primeiros contatos com a escola, especificamente, através da participação no Programa Residência Pedagógica. Muitos dos desafios vivenciados pelos docentes já foram apontados pelos(as) estudiosos(as) da área de educação e do ensino de Geografia, contudo, faz-se necessário agregar outras experiências ao debate, contribuindo, desta maneira, para ampliação das questões que circundam a formação do professor. Nesse sentido, tomaremos como referência a experiência dos bolsistas do Programa Residência Pedagógica da Universidade Federal Fluminense - UFF- Geografia, desenvolvido no Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC), localizado em Niterói-RJ. Através das rodas de conversa, participação nas aulas, observações e anotações realizadas pelos(as) residentes⁵ recolhemos as questões que permearam a implementação da Residência pedagógica, bem como as experiências e os desafios pontuados pelos(as) discentes envolvidos(as) com o programa. Esse percurso nos fez perceber que entre a prescrição e a experiência existe um caminho que precisa ser contado. O recorte escolhido enfatiza o professor de Geografia como um profissional crítico e reflexivo, cuja formação teórica aliada às imersões da prática escolar proporciona maior elucidação dos desafios que nos são apresentados cotidianamente na práxis educativa.

Palavras-chave: Formação de professores, Residência Pedagógica e Experiência.

¹Licencianda do curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF. Bolsista do Programa Residência Pedagógica de Geografia UFF. Professora orientadora: Dr.^a Amélia Cristina Bezerra. Professora preceptora: Simone Antunes Ferreira.

²Licencianda do curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF.

³ Licenciando do curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF.

⁴Licencianda do curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF.

⁵ Termo utilizado no edital do Programa Residência Pedagógica..

Introdução

Em entrevista concedida em 2001, António Nóvoa discorre sobre o exercício da prática pedagógica nos primeiros anos de docência e expõe o quanto considera importante a publicação de práticas pedagógicas cotidianas que ampliem as reflexões sobre o ensino e as práticas pedagógicas. Para Nóvoa, por meio desta produção se cria visibilidade e formaliza o saber profissional docente. Inspirados por essa afirmativa debruçamo-nos em discutir as experiências dos licenciandos em Geografia da Universidade Federal Fluminense no Programa de Residência Pedagógica desenvolvido junto a instituição de ensino público Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho – IEPIC, localizado no Município de Niterói/RJ.

Quando nos dispomos a pensar as experiências vividas não podemos perder de vista as transformações contemporâneas postas no cenário educacional brasileiro. Ao abordar temas relacionados à educação faz-se necessário defendê-la como processo libertário de homens e mulheres como nos coloca Freire (1992): “Para mim, a educação é simultaneamente um ato de conhecimento, um ato político e um ato de arte”. Ressaltamos ainda que essa condição política apontada por Freire, somente pode ser exercida pelo educador crítico e reflexivo, conforme reforça Pimenta (2012). Mas como se tornar um profissional crítico e reflexivo? Apesar da inexistência de receitas de bolo, apostamos em uma formação cujo currículo, além dos fundamentos epistemológicos, teóricos, metodológicos e práticos também assegure a presença ativa do licenciando junto às instituições de ensino básico e na reflexão acerca da experiência pedagógica compartilhada.

Partindo dessas questões o artigo tem por objetivo construir uma reflexão da implementação do Programa Residência Pedagógica destacando, especialmente, os desafios vivenciados pelos licenciandos de Geografia, aqui denominados residentes, no cotidiano da práxis educativa. Para tanto, o texto encontra-se organizado em dois momentos. No primeiro analisamos o programa em meio ao complexo quadro político brasileiro contemporâneo, bem como sua implantação no curso de licenciatura de Geografia da Universidade Federal Fluminense-UFF. No segundo momento apresentaremos e discutiremos duas questões: a primeira diz respeito aos desafios a enfrentar, ou seja, quais são as perspectivas dos estudantes de graduação em Geografia em relação à profissão, bem como os desafios surgidos através das experiências específicas vivenciadas pelos licenciandos(as) envolvidos(as) com o programa Residência Pedagógica. Tais desafios foram apresentados seja nos debates feitos em grupo,



reflexões compartilhadas e na articulação com professores, alunos e/ou outros funcionários do ambiente escolar.

Muitos foram os questionamentos gestados nesse processo, tais como: Qual o papel do residente já que na escola não somos, nem alunos nem tampouco professores(as)? Como trabalhar determinados temas em sala de aula? Como devemos agir diante de uma turma agitada? Tais questionamentos se juntam a outros já apontados por teóricos da área de educação e do ensino de Geografia, como Lana Cavalcanti (2010) e Nóvoa (2001) e permeiam a formação dos diversos licenciandos(as). Mas compreendemos que os saberes docentes e as práticas pedagógicas são intrinsecamente relacionados, por isso pretendemos contribuir com a reflexão acerca das experiências e dos saberes da experiência, afinal esses “servem para resolver os problemas dos professores em exercício e para dar sentido às situações de trabalho que lhe são próprias” (TARDIF e RAYMOND, 2000, p.2).

Programa Residência Pedagógica e seus “(des) caminhos” no processo de formação

Os debates surgidos no âmbito da educação nos abrem a percepção de sua natureza política, conforme ensina Paulo Freire ao afirmar que:

[...] não há nem jamais houve prática educativa em espaço-tempo nenhum de tal maneira neutra, comprometida apenas com ideias preponderantemente abstratas e intocáveis. Insistir nisso e convencer ou tentar convencer os incautos que essa é a verdade é uma prática política indiscutível com que se pretende amaciar a possível rebeldia dos injustiçados. Tão política quanto a outra, a que não se esconde, pelo contrário, proclama, sua politicidade. (FREIRE, 1992, p. 78)

É assim, neste notório campo de disputas exposto por Freire que se inicia a carreira do educador, em meio a políticas públicas, no mínimo, contraditórias, como: a Lei Ordinária 13.415/2017 (Reforma do Ensino Médio); o Projeto de lei 193/2016 (projeto escola sem partido); a Proposta de Emenda Constitucional 55/2016 (conhecida como PEC do teto que aprovou o congelamento dos investimentos na educação, saúde e outras áreas básicas), além do atual crescimento do Ensino a Distância. Reconhecemos que o debate sobre formação é indissociável das políticas públicas e dos interesses envolvidos pelos gestores das mesmas e que os enfrentamentos também se configuram desafios, quiçá aflições, enfrentados pelos professores em formação.

O Programa Residência Pedagógica para os cursos de licenciatura, instituído pelo Governo Federal em 2018 (edital CAPES 06/2018), integrou esse cenário de disputas da política educacional brasileira de forma controversa e sob muitos ataques. Destacamos assim a necessidade de problematizar o programa por meio da produção de pesquisas que tragam contribuições sobre seus distintos aspectos. No caso deste estudo, focamos na prática dos residentes em seu primeiro contato com a escola, nas expectativas e desafios sentidos e no conhecimento constituído. Conhecimento esse que somente será eficaz no espaço concreto da escola, por meio do coletivo profissional e de equipes de trabalho que estimulem o debate e a reflexão acerca da participação no planejamento escolar, pesquisa, avaliação conjunta, partilha de tarefas, responsabilidades e da formação continuada (NÓVOA, 2001).

Ao anunciar a Residência Pedagógica, o Ministério da Educação (MEC) declarou também a “modernização” do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). O portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) ressalta algumas diferenças básicas entre os programas: o Pibid configura-se ainda na primeira metade do curso de licenciatura, estando voltado para iniciação no ambiente escolar, enquanto a Residência Pedagógica é direcionada aos alunos da segunda metade do curso, buscando aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado. Subentende-se uma espécie de continuidade ao Pibid.

Importante pontuar que nossas experiências, narradas no segundo momento deste artigo, estão previstas em um documento que institucionaliza o projeto, suas demandas e finalidades. Segundo o edital nº 06/2018, referente ao projeto da Residência Pedagógica, temos, logo em seu início os seguintes objetivos específicos:

“I. aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias;

II. induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica;

III. fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura e estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores.

IV) promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às



orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).” (CAPES, 2018, p. 1, grifo nosso)

Como fica claro a partir da leitura dos objetivos específicos - sobretudo a parte com grifo - presentes no edital, percebe-se que o Projeto da Residência Pedagógica propõe reformular o estágio supervisionado e alinhar os cursos de formação de professores com as demandas e orientação da nova Base Nacional Comum Curricular. Ou seja, por mais que estejamos trabalhando e entendendo a Residência como um fazer e um pensar, devemos ressaltar que ela está em constante disputa e nesse conflito existem múltiplas concepções de professor que se deseja formar. Questionamo-nos ainda se em um país de dimensões continentais e tamanhas especificidades, como o Brasil, é cabível o emprego de um currículo único sem dilatar distâncias sociais, nem desprezitar diferenças culturais, econômicas e/ou regionais?

Nesse sentido, após análise do texto da BNCC e do documento do projeto da Residência Pedagógica, entendemos que a grande reformulação que o edital reivindica, vai ao encontro dos seguintes movimentos, a saber: a) proposta de reforma do ensino médio, que retira a Geografia enquanto componente disciplinar e sua obrigatoriedade, colocando-a dentro do itinerário formativo “ciências humanas e sociais aplicadas”; b) foco no desenvolvimento das competências, sem definir de fato o que seriam tais competências, mas mostrando seu alinhamento ao movimento global de mensuração na educação, onde provas como o Programme for International Student Assessment - PISA - e Laboratorio Latinoamericano de Evaluación de la Calidad de la Educación - LLECE - ganham centralidade; c) compromisso com a educação integral e profissionalizante; d) proposta de um pacto interfederativo, em que se pensa as mesmas componentes curriculares para todo o país, negando demandas e complexidades locais.

Contudo, pudemos perceber ao longo da execução do projeto, que se materializou nas experiências no chão da escola e nas nossas reuniões semanais, como os indivíduos são sujeitos ativos no processo histórico. Ou seja, participamos de forma consciente, no sentido de subverter as propostas trazidas originalmente pelo projeto e, dentro do possível, nos libertar das amarras institucionais postas sobre os docentes em formação. Dessa forma, fica evidente que a partir da rotina vivenciada no IEPIC, das nossas observações, das reuniões e trocas realizadas, a Residência Pedagógica tem sido uma experiência significativa e construtiva, a partir do

momento que o nosso fazer e o nosso pensar vão de encontro aos principais pontos articuladores da proposta do edital. Nesse sentido, buscamos pensar o ensino de Geografia atrelado à construção de sentidos na qual se aproxima temas do currículo da espacialidade local, das diferentes realidades, do vivido.

Entre a prescrição e a experiência: pontuando os desafios, buscando as experiências no IEPIC

O programa, voltado para formação inicial do professor, visa realizar atividades teórico-metodológicas com a parceria entre as instituições de ensino superior e as escolas de ensino básico, priorizando a relação teoria e prática através da imersão nas atividades escolares. Tal proposta não se limita à presença em sala de aula, mas integra pesquisa acadêmica e a práxis docente. Nesse sentido, os residentes do curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense têm encontros semanais para refletir sobre as experiências, abordagens e estratégias pedagógicas, assim como temas contemporâneos relacionados à educação. Discute-se também o planejamento da disciplina com base nas diretrizes curriculares, bem como outras atividades. A elaboração e aplicação de atividades pedagógicas ocorre com a presença da professora preceptora do IEPIC e da docente orientadora da UFF, que supervisionam e participam dos debates, seja na escola ou nas reuniões.

O Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho foi inaugurado em 1835 pelo Visconde de Itaboraí, então Presidente da Província do Rio de Janeiro. O Ato nº 10 da Assembleia Legislativa criou uma instituição de ensino denominada “Escola Normal”, a primeira instituição pública da América do Sul destinada a formar educadores para o magistério da instrução primária. Conforme dados de 2018, obtidos pela plataforma Qduc, voltada para consulta de dados da educação básica, atualmente além dos 279 alunos matriculados no ensino médio normalista, a escola também atende 627 alunos matriculados do sexto ao nono ano do ensino fundamental, 22 alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA e 15 alunos da educação especial, totalizando 943 discentes.

Quanto a carga horária, a disciplina de Geografia conta com três horas aulas semanais para as turmas de ensino básico e duas horas aulas para turmas de ensino médio, valendo salientar que a disciplina não é oferecida no currículo do terceiro ano do ensino médio, pelos moldes que a escola segue de um ensino com o cerne na pedagogia neste último ano. Os



residentes estão distribuídos na escola em turmas de sexto, sétimo, nono ano e primeira série do ensino médio normalista. O instituto funciona em horário integral, das 7h às 22h, dividido em três turnos, com horas aulas de 50 minutos de duração. A instituição já desenvolvia o projeto de Pibid junto à Universidade Federal Fluminense e recebia estagiários de Pesquisas e Práticas de Ensino desta universidade, o que facilitou o contato com os alunos que já estão habituados com a presença dos universitários, tornando-se mais receptivos as atividades desenvolvidas pelos bolsistas.

Acreditamos que mesmo após dez anos de docência continuada o educador ainda é capaz de lembrar seu primeiro dia em sala de aula na condição de professor, quiçá compartilhar essa experiência com seus discentes, pois com meras exceções, o primeiro contato é permeado de questionamentos e expectativas. Nóvoa (2001), por exemplo, cita John Dewey para falar da constituição dos saberes da experiência docente, nesse sentido questiona: “Quando se diz que um professor tem dez anos de experiência, será que tem mesmo? Ou tem um ano de experiência repetido dez vezes?” Como resposta, Pimenta (2002) afirma que a docência é construída, reconstruída e ressignificada todos os dias na formação da identidade docente.

António Sampaio da Nóvoa (2001; 2007; 2016) fala sobre os desafios da formação docente e da profissão de educador na contemporaneidade. O autor pontua que manter-se atualizado sobre as novas metodologias de ensino e desenvolver práticas pedagógicas mais eficientes são os primeiros desafios à profissão de educador e aponta o magistério e/ou a licenciatura como apenas uma das etapas do processo da capacitação docente. A própria formação de professores é apontada como o segundo maior desafio a ser enfrentado e fomenta a necessidade de uma formação centrada nas práticas e na análise dessas práticas. Outro grande debate trazido pelo autor é compreender a revolução na aprendizagem, pois:

Estamos com um processo de mudança enorme nas universidades e precisamos compreender essa mudança. E essa mudança passa por uma revolução na aprendizagem. Hoje temos uma relação com a aprendizagem, devido à revolução digital, que é muito diferente do passado. Temos uma relação que passa mais por um trabalho sobre o conhecimento do que propriamente um professor que transmita o conhecimento. Não é um professor que dá uma aula, é um professor que trabalha com seus estudantes em torno de projetos, de ideias, de problemas, e que vai assim elaborando conhecimento de outra ordem. (NÓVOA, 2016)

Nóvoa acredita que, para responder aos desafios da educação, o trabalho do professor deve ser desenvolvido de forma coletiva sob o tripé: aprendizagem, sociedade, instituição. Para

ele, é nesse tripé que deve estar baseada a identidade do professor e nele se define a possibilidade de um ensino inclusivo.

Lana Cavalcanti, nos traz um debate mais específico aos questionamentos no âmbito do professor de Geografia e é bastante clara ao afirmar que os professores de Geografia estão, frequentemente, preocupados em encontrar ‘estratégias’ ou ‘procedimentos’ que devem adotar para fazer com que seus alunos se interessem por suas aulas, para conseguir disciplina nas turmas para garantir autoridade em sala de aula, para convencer os alunos da importância da Geografia para suas vidas” (CAVALCANTI, 2010). Em “A Geografia e a Realidade Escolar Contemporânea: avanços, caminhos, alternativas”, Cavalcanti faz uma análise sobre essas preocupações que assolam os professores de Geografia e assinala que, quanto a motivação para aprendizagem, é papel do professor intervir nos motivos do aluno (LIBANEO, 2009), envolvendo-os e articulando “relações abertas, dialógicas, negociadas e sem papéis sociais/profissionais cristalizados e fechados” (CAVALCANTI, 2010).

As condições de trabalho também surgem como desafios a serem enfrentados no cotidiano da práxis educativa, mas diante das muitas demandas, como garantia de salário digno e currículos engessados, o professor precisa resistir e encontrar nas aulas dadas, para qualquer nível de ensino, a oportunidade de escolher sua fala, seu discurso e, principalmente, definir suas abordagens. Conscientizar o aluno da importância da contribuição geográfica para compreender a espacialidade contemporânea é o grande desafio para o professor em formação e requer orientações teóricas seguras e autonomia para atuar na mediação didática e de forma reflexiva saber o que ensinar e o que priorizar no planejamento deste conteúdo a ser ensinado. Nesse sentido,

Para a definição do que ensinar, para que ensinar, para quem ensinar, o professor tem múltiplas referências, entre as quais as mais diretas são, de um lado, os conhecimentos geográficos acadêmicos, tanto da Geografia acadêmica quanto da Didática da Geografia, e, de outro, a própria Geografia escolar, já estruturada pela escola ao longo do tempo. Portanto, ensinar conteúdos geográficos, com a contribuição dos conhecimentos escolares, requer um diálogo vivo, verdadeiro, no qual todos, alunos e professores, têm legitimidade para se manifestar, com base no debate de temas realmente relevantes e no confronto de percepções, de vivências, de análises, buscando um sentido real dos conteúdos estudados [...] (CAVALCANTI, 2010).

Cavalcanti e Nóvoa apostam na reflexão coletiva e na busca da formação continuada para superação dos obstáculos contínuos e cotidianos na vivência do educador. Inserimo-nos neste



debate com alguns dos desafios surgidos no seio do Programa Residência Pedagógica UFF Geografia desenvolvido no IEPIC:

Qual o papel do residente já que, na escola, não somos alunos nem tampouco professores? Essa posição de fronteira que se encontra um bolsista do Programa Residência Pedagógica, na qual não é aluno e ainda não professor, mas sim ser um “outro” se coloca como um desafio. O ingresso em um programa dessa natureza oportuniza mudanças na trajetória do licenciando, mas este lugar, por nós chamado de fronteira, devido a condição supracitada – nem professor, nem aluno – é, inicialmente, um desafio a mais, concomitante a todos os outros que tendem a ser acionados, involuntariamente, mediante determinados acontecimentos em sala de aula. A sensação de ser um “corpo estranho” se dilui gradativamente, a partir dos primeiros dias, na proporção em que nossas limitações e potencialidades são percebidas, construídas e desconstruídas no chão da escola, no trato e na convivência com a comunidade escolar e, principalmente, na aceitação do aluno que, a esta altura, já não nos vê como um “corpo estranho”, passa a interagir e procurar o residente diante de suas dificuldades escolares.

Lado a lado ao desenvolvimento da “prática” a partir da imersão primária promovida pela Residência Pedagógica nessa fase de ambientação ao espaço escolar, o desenvolvimento da pesquisa pela/na prática é fundamental para entendermos e refletirmos sobre o espaço escolar, as relações escolares, a importância da Geografia, as demandas sociais e, essencialmente, sobre a educação. O desenvolvimento da pesquisa, nos põe na posição de pesquisadores, nos ampliando habilidades e reconhecendo a pesquisa como um âmbito que também perpassa a licenciatura.

Como devemos agir diante de uma turma agitada? Quaisquer tipos de relações são passíveis de conflitos pois esses são inerentes a vida humana, assim sendo, podem surgir na relação aluno-professor. De acordo com Parrat-Dayana (2008), os conflitos em sala de aula caracterizam falta de limites como: falar durante as aulas, não levar o material didático, ficar em pé, gritar, andar pela sala, jogar papezinhos nos colegas e no professor, dentre outras atitudes que impedem os docentes de ministrar aulas com mais qualidade. Podemos facilmente ampliar a lista da autora, mas não podemos apontar atitudes para vencer este desafio que estejam distantes do diálogo, do conhecer a turma e suas especificidades. A forma pela qual se estabelecem as relações entre os atores no ambiente escolar provoca novas formas de pensar e agir, ainda segundo a autora.

Para responder essa questão, mister se fazer uma outra pergunta: que professor(a) eu quero ser? Um professor que constrói relações baseadas no diálogo e que respeita a opinião dos alunos, com o desejo permanente de promover uma aprendizagem significativa, ou um(a) professor(a) que reproduz os velhos rituais, transformando os encontros semanais em um sacrifício escolar para si e para o aluno? Em 2016, alunos do IEPIC, do ensino fundamental e médio, apoiaram a greve dos professores da rede estadual e iniciaram o Movimento Ocupa IEPIC – Liberdade para Educar. Uma das alunas, integrantes do grêmio estudantil em 2018, nos relatou uma visão positiva da importância em sua conscientização política a partir do movimento. Mas, infelizmente, ainda hoje, alguns alunos e também professores são tratados de forma negativa por membros do corpo docente, devido às reivindicações, repercussão e formato que o movimento ganhou no período.

Diante da pluralidade dos alunos do IEPIC, situações diversas são desencadeadas e as relações desenvolvidas indicam quais são os conflitos e inquietações específicos de cada sujeito, das turmas acompanhadas e/ou do coletivo escolar. A cada desafio proposto notamos diferentes perguntas amplamente imbricadas e é neste contexto que a Residência Pedagógica integraliza nossas experiências, com papel fundamental de aflorar questionamentos, muitos dos quais, sequer cogitávamos antes dessa imersão no Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho - IEPIC.

A Geografia é um campo da ciência que, como salienta Kropotkin (2014), dentre tantos deveres, deve ser o meio pelo qual as pessoas combatem os preconceitos que nos foram inculcados e desmistificam a superioridade historicamente construída, sejam eles raciais, de gênero, de classe, entre outros. As ações afirmativas que democratizaram, mesmo que lenta e gradativamente a inserção de estudantes pretos, pardos, indígenas, favelados, periféricos e pessoas de baixa renda nas universidades públicas, não são suficientes para uma reparação histórica. Não são poucos os casos de evasão nas universidades públicas por esses grupos historicamente oprimidos, seja pela ineficiência dos sistemas de permanência, por questões econômicas, burocráticas. Dessa maneira, os desafios estão no exercício da profissão e também na manutenção dela e são sentidos por vários educadores de diferentes formas.

Considerações finais



Diante do exposto, ficou claro que as concepções de estágio, professor e educação estão em constante disputa. Dessa forma, a presença do licenciando nas escolas sempre terá grande importância no processo de formação docente e política dos estudantes de licenciatura, como também no processo de ensino-aprendizagem na transmissão, assimilação e concepção dos conhecimentos científicos, que são indispensáveis para nossa vida em sociedade.

Além disso, pudemos constatar o quanto a importância da experimentação da escola na posição de residente nos permite entender: onde nos perpassa a experiência, pois não somos o professor, e nem o aluno, configurando dessa forma uma posição de fronteira entre essas duas condições; as nossas potencialidades, que se materializam na construção de um contato mais próximo com o corpo estudantil; e as limitações que se mostram no descobrir cotidiano do fazer-se fronteiriço. Somando-se a esse desafio de atuação percebemos que a relação e inserção do bolsista no ambiente é atravessada por diversos outros recortes, subjetividades e realidades distintas que se realizam nas formas de opressão seja por raça, gênero e/ou classe.

Nessa perspectiva entendemos que a formação inicial nas licenciaturas carece de práticas e de políticas públicas que contribuam como processo formativo, pois a abordagem das instituições de ensino superior e a realidade de sala de aula estão separadas por um abismo, onde fica evidente a desproporcionalidade entre teoria e prática. Dessa forma, o programa de residência pedagógica serve como um instrumento para preencher essa lacuna e fornecer apoio pedagógico e estrutural para as escolas que absorvem o mesmo. Porém fica evidente que ele está em constante disputa e traduz concepções de estágio, professor e ensino, que demandam formas de (re)existências pelos sujeitos que constroem o programa. Por isso, o projeto por si só não contempla uma formação ideal, mas somados aos debates, observações individuais, rodas de conversa e vivências escolares, podemos acionar nossas experiências e tornar a Residência Pedagógica significativa e construtiva para a formação docente.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação. **Lei nº 9.394/1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 09 abril 2019.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Edital 06/2018**- Chamada Pública para apresentação de propostas no âmbito do Programa de Residência Pedagógica disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/01032018-Edital-6-2018-Residencia-pedagogica.pdf>>. Acessado em: 10 abril 2019.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A Geografia e a Realidade Escolar Contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. In: Seminário Nacional: currículo em movimento – perspectivas atuais. 2010, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2010. p. 1-16. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7167-3-3-geografia-realidade-escolar-lana-souza/file>>. Acesso em 14 abril 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KROPOTKIN, Piort. **O que a Geografia deve ser**: Escritos sobre Educação e Geografia. Biblioteca Terra Livre. Edição Virtual. 2014, p. 33-72. Disponível em: <<https://bibliotecaterralivre.noblogs.org/>>. Acesso em 09 abril 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. Docência Universitária: formação do pensamento teórico científico e atuação nos motivos dos alunos. In: D'AVILA, Cristina. **Ser professor na contemporaneidade**: desafios, ludicidade e protagonismo. Curitiba: CRV, 2009.

NÓVOA, António. Professor se forma na escola. **Nova Escola**, São Paulo, n. 142, p. 13-15, maio 2001. Entrevista concedida a Paola Gentile.

_____. **Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo**. São Paulo: SINPRO, 2007. Disponível em: <http://www.sinprosp.org.br/arquivos/novoa/livreto_novoa.pdf>. Acesso em: 13 abril 2019.

_____. O professor universitário na sociedade contemporânea: novo papel e desafios. In: **Seminário do Programa de Formação Docente**, 2016. Rio Grande do Sul: UNIJUÍ. Disponível em: <<https://www.unijui.edu.br/comunica/institucional/23166-o-desafio-e-compreender-a-revolucao-na-aprendizagem-diz-antonio-novoa-em-seminario-de-formacao-para-docentes>>. Acesso em: 14 abril 2019.

PIMENTA, Selma Garrido. **O Estágio na Formação de professores**: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**: diferentes concepções. Revista Poésis: Santa Catarina. v. 3, n. 3 e 4, p. 5-24, 2005/2006.

PARRAT-DAYAN, Silvia. **Como enfrentar a indisciplina na escola**. Tradução de Silvia Beatriz Adoue e Augusto Juncal. São Paulo: Contexto, 2008.

TARDIF, Maurice; RAYMOND, Danielle. **Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério**. Educação & Sociedade, vol.21, nº 73, Dezembro/00. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4214.pdf>. Acesso em: 12 abr 2019.